# Jovens “egressas” de serviços de acolhimento: a virada no jogo das relações de parentesco[1]

Fernanda Cruz Rifiotis
UFRGS

No presente artigo, analiso as maneiras como cinco jovens (Nicole, Nina, Olívia, Clarissa e Virgínia)[2] “egressas” de serviços de acolhimento institucional (abrigos, casas-lares) vivenciam seus laços afetivos de parentesco.[3] Para além dos possíveis desdobramentos das experiências de institucionalização sobre as relações de parentesco, tais como o rompimento de vínculos ou a reaproximação com os familiares, pretendo pensar no que tenho chamado de “virada no jogo das relações de parentesco”. A virada procura dar conta de uma inversão no curso das relações parentais e, ainda mais, permite demarcar uma “quebra de expectativa”, por parte das jovens, sobre o que deveria constituir e fortalecer tais relações, ou seja, sobre as maneiras de realizar o parentesco. Com tal expressão também pretendo contemplar as mudanças de posição das jovens no que diz respeito às relações que estabelecem. Ou seja, a “virada” me inspira a problematizar a maneira como elas veem a si mesmas e aos outros no processo de construção das suas relações de parentesco.

Para tanto, observo como as jovens experimentam esse processo de desfazer categorias naturalizadas de parentesco (pai, mãe, *relative*), o qual vem acompanhado de uma “quebra de expectativa” quanto aos elementos e às substâncias que deveriam constituir e fortalecer as relações de parentesco. Ou seja, esse processo permite pensar o que pode o sangue. E vem acompanhado, também, da abertura a outras formas de estar em conexão ou *relatedness*, que passam pela afeição e escolha (Carsten, 2000, 2004). Essa abertura passa igualmente por uma série de estratégias individuais para que, na ausência de laços de sangue, mães e pais adotivos, ou mesmo amigos próximos, venham a se tornar *relatives*.

A análise tem como base uma etnografia realizada entre 2010 e 2013 sobre a desinstitucionalização de jovens que, sob medida de proteção, foram encaminhadas para abrigos e/ou casas-lares, onde passaram grande parte de sua infância e adolescência. A pesquisa, envolvendo a observação sistemática desses sujeitos e também entrevistas em profundidade, foi empreendida com 14 jovens (11 mulheres e 3 homens) que moravam em Santa Catarina (Florianópolis, Palhoça) e no Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Ijuí e Sapiranga) (Cruz, 2014).[4]

**Jovens “egressas”: experiências para além da institucionalização**

Nicole, Nina, Olívia, Clarissa e Virgínia são jovens que, sob medida de proteção, foram encaminhadas para abrigos e/ou casas-lares, onde passaram parte de sua infância e/ou adolescência distantes do convívio familiar. Com exceção da Nicole, desacolhida quando era menor de idade e cuja tutela retornou para a família, todas deixaram os serviços de acolhimento em razão da maioridade ou da proximidade desta (por conta da maternidade, do início da vida com um companheiro etc.). São jovens que vivenciaram situações de violência (física e psicológica) no ambiente familiar, mas souberam assumir o curso da própria vida. Aprenderam a subverter as tramas burocráticas e de maus-tratos nas quais estavam inseridas e, sobretudo, foram em busca daquilo que entendiam por cuidado. Souberam fugir em busca de ajuda, inclusive, de instituições como o Conselho Tutelar.[5]

No Brasil, as experiências dessas jovens estão longe de ser uma exceção. Ainda que, no país, o acolhimento institucional se constitua como medida excepcional e temporária (no máximo dois anos), em 2010, o número de serviços de acolhimento institucional chegava a 2.624, atendendo cerca de 36.929 crianças e adolescentes.[6] Destes, 61% mantinham vínculos com familiares. No entanto, se de um lado esta estatística denota uma possibilidade ampliada de reinserção familiar, de outro, os índices relacionados ao tempo de institucionalização tornam a situação um tanto ambígua, já que o tempo máximo de acolhimento variou de 16 meses (no Norte do país) a 17 anos (no Sudeste), e somente 37% dos serviços tinham a preocupação de desenvolver ações de preparação gradativa para o desligamento institucional. São os “não conformes” identificados nos grupos familiares que permanecem figurando em primeiro lugar na lista dos motivos do acolhimento. A pobreza parece permanecer traduzida pela “negligência familiar”, que ocupa o primeiro lugar (com 37%) no ranking dos motivos de ingresso de crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento institucional. Na sequência, aparecem “pais/responsáveis dependentes químicos” (20,1%) e “abandono” (19%).

Tendo em vista tal contexto é que as experiências de desinstitucionalização[7] das jovens “egressas” se constituem como objeto privilegiado na problematização dos paradoxos postos pelas políticas de proteção à infância e à adolescência após a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Um desses refere-se aos discursos em favor da convivência familiar e comunitária, que são acompanhados da disparidade entre o número de encaminhamentos de crianças e adolescentes para serviços de acolhimento (e também a multiplicação desses serviços) e o longo período de institucionalização experimentado por eles. Tal realidade reflete igualmente as dificuldades enfrentadas pelas instituições de

acolhimento no cumprimento às orientações do ECA (artigo 101) no que se refere, sobretudo, ao caráter de provisoriedade e excepcionalidade do processo de abrigamento. Revela, também, a presença de uma "cultura da institucionalização", que parece acompanhar a história das políticas de assistência à infância (Rizzini & Rizzini, 2004:14).

Foi justamente visando romper com essa "cultura da institucionalização" que, em 2006, foi aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNFC). Na busca pelo fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o PNFC considera a família como mecanismo importante (central) para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Isso significa que a família (biológica, substituta ou adotiva) é construída, nos termos das políticas, como o lugar para onde idealmente retornam as crianças e os adolescentes desligados dos serviços de acolhimento. No entanto, nem todos os jovens (como será possível observar nas experiências das jovens analisadas neste artigo) têm o retorno para a família como possibilidade, sobretudo aqueles que estão próximos à maioridade ou que já a atingiram. E isso se deve a diferentes fatores; entre eles, a ausência de trabalho com as famílias paralelamente ao acolhimento da criança e/ou adolescente, a ausência ou o pouco contato com os familiares, a longa tramitação dos processos de destituição do poder familiar (o que acaba dificultando e mesmo inviabilizando os processos de adoção), o rompimento dos vínculos familiares sem que haja destituição do poder familiar e a impossibilidade de acolhimento pela parentela extensa, baixa ou nenhuma possibilidade de adoção (em razão da idade).

Em se tratando das jovens egressas, a possibilidade de pensar as relações de parentesco passa, num primeiro momento, pela ruptura com o ponto de vista mais tradicional sobre as experiências dos "egressos". Tais experiências, em geral, são observadas com base nas consequências da institucionalização sobre seu percurso após o desacolhimento, o que acaba por prolongar uma condição de vulnerabilidade e estigmatização desses sujeitos. No entanto, a minha proposta é refletir sobre as experiências dessas jovens para além da institucionalização e dos seus efeitos. Trata-se de pensar como elas inventam novas possibilidades de vida a partir das maneiras como vivenciam seus laços afetivos de parentesco num contexto de desinstitucionalização. Nesse sentido, ao contrário de pensar nos desdobramentos da experiência de institucionalização sobre as relações de parentesco, uma vez que tal perspectiva apontaria para um prolongamento ou mesmo continuidade dessas relações no tempo e no espaço, proponho analisar o processo de "virada no jogo das relações de parentesco".

**A “virada no jogo” das relações de parentesco**

O uso da expressão “virada no jogo” foi inspirado em um relato da Nicole, uma das jovens que dá vida ao material etnográfico aqui analisado. “Agora virou o jogo”, disse-me ela como forma de explicar a mudança que se imprimiu nas suas relações parentais após o desacolhimento institucional: antes do acolhimento, estava próxima da mãe e distante do pai; depois, no contexto de desinstitucionalização, ela teria de reaprender a conviver com o pai e se manter afastada da mãe. Se, num primeiro momento, a expressão parecia produtiva para pensar a experiência específica da Nicole, aos poucos percebi que, mais que uma mudança na relação entre pais e filhos, esta poderia dar conta, em termos analíticos, de um fenômeno mais amplo, que se fazia presente também nos relatos de desinstitucionalização das outras jovens. Não se tratava de reconfiguração, transformação ou mudança nas relações parentais. Tratava-se mais de uma “virada”.

É possível pensar que a “virada” procura dar conta de uma inversão no curso das relações parentais e, ainda mais, demarca uma “quebra de expectativa” das jovens sobre o que deveria constituir e fortalecer tais relações, ou seja, sobre as maneiras de “fabricar o parentesco” (Vignato, 2014:93). Para falar sobre a dinâmica dessas relações e de como podia se ver diante dela, Nicole lança mão de uma analogia com o jogo. E a esta analogia nativa soma-se outra, igualmente criativa ou inventiva, proposta por Roy Wagner (2011) ao articular o jogo de xadrez às terminologias de parentesco. Embora não pretenda detalhar a analogia entre parentesco e xadrez neste artigo, interessa-me ter em vista essa ideia do parentesco como um jogo, ou seja, como “uma forma de estratégia” usada pelos sujeitos nas conexões que estabelecem. E, em se tratando de uma estratégia, é interessante pensar como essas jovens se tornam agentes poderosos nas negociações de parentesco (Schrauwers, 1999).

Com tal expressão também pretendo contemplar as mudanças de posição das jovens no que diz respeito às relações que estabelecem. Ou seja, a “virada” me inspira a problematizar a maneira como elas veem a si mesmas e aos outros no processo de construção das suas relações de parentesco. À medida que tais posições vão sendo alteradas, conforme no xadrez, mudam ou se invertem também suas perspectivas sobre as terminologias de parentesco (e os valores atribuídos a estas) e as substâncias ou os elementos que são capazes de manter os sujeitos em conexão. É importante lembrar que a “virada” acompanha, de maneira mais ampla, as experiências dessas jovens, mas ganha ênfase, num contexto de desinstitucionalização, quando associada às relações de parentesco.

Dessa forma, pretendo refletir sobre as maneiras como as experiências de institucionalização que haviam marcado a infância e adolescência dessas jovens

"egressas", em um contexto de desinstitucionalização, se constituem como possibilidade de abertura a outras formas de estar em conexão ou *relatedness*. O termo *relatedness* proporciona uma abertura aos idiomas nativos desse "estar em conexão" (no lugar de começar com um domínio do parentesco bem marcado) e também afasta uma oposição pré-dada e arbitrária entre biológico e social, sobre a qual muitos estudos antropológicos haviam se baseado até os anos 1970. Embora, como argumenta Carsten (2000), o termo *relatedness* esteja suscetível a muitas críticas, algumas delas bem próximas àquelas aplicadas ao parentesco, este permite suspender algumas suposições (sobretudo em termos do que constitui o parentesco) e abordar as questões de forma diferente. Trata-se, portanto, como bem pontuou Carsten em 2004, não de descartar as oposições entre biológico-social, natureza-cultura, substância-código, mas sim de examinar minuciosamente (escrutinar através da etnografia dos relatos e das práticas dos sujeitos) as maneiras como as pessoas, em diferentes culturas, distinguem entre o que é dado e o que é feito. "O que poderia ser chamado biológico e o que poderia ser chamado social, e os pontos nos quais eles fazem tais distinções" (Carsten, 2004:189).[8]

Um diálogo com a proposta da dialética wagneriana permite pensar, neste ponto, que os dois domínios (do dado ou inato e dos assuntos sobre os quais os sujeitos podem exercer controle) são importantes na construção das relações de parentesco, já que cada um só pode existir sendo elicitado pelo outro, numa série infinita de reversões "do tipo figura e fundo que se afetam mutuamente" (Wagner, 2010). A invenção do parentesco, se assim se pode dizer, estaria justamente na maneira como estes dois domínios são representados e, mesmo, subvertidos. É exatamente esta possibilidade de subversão, mais do que de reversão, dos domínios que parece marcar as práticas e os relatos das jovens participantes desta pesquisa. Como pretendo demonstrar, se em determinados contextos o sangue permanece como uma dimensão dada (criando uma série de expectativas acerca do seu potencial de criar socialidades), em outros, acaba desnaturalizado como lugar incontornável para a constituição das relações de parentesco. Ou seja, os significados dos laços de sangue e de paternidade, por exemplo, se tornam contingentes e variáveis.

## O que pode o sangue

A Nicole tem 17 anos e é uma jovem sorridente, filha única, com cabelos loiros e, como ela mesma diz, "totalmente a cara do pai". A jovem nasceu no Rio Grande do Sul e, quando tinha 4 anos, mudou-se com os pais para Florianópolis. Segundo ela, a mãe desejava essa mudança, mas o pai não. "Estava até tudo bem lá no Rio Grande, quando chegou aqui… piorou tudo". Quando ela tinha 9 anos,

depois de uma grande briga entre o casal, o pai da Nicole saiu de casa. Depois da partida do pai, a jovem nunca mais o viu, porque, segundo ela, a mãe a privava desse contato, sobretudo depois que passou a viver com o seu padrasto. “Foram muitos anos. Nos meus aniversários, eu queria tanto que o meu pai estivesse lá… Como ele ia estar se a minha mãe me privava disso? E o meu padrasto ajudava ainda.” A jovem não gostou do padrasto desde o dia em que o conheceu, pois, como ela conta, ele soube transformar a sua vida num “verdadeiro inferno”. Ela nunca falou exatamente sobre os motivos que culminaram no seu acolhimento institucional, embora tenha dado pistas de que enfrentava problemas com o padrasto. Ao contrário das outras jovens que participaram da pesquisa, Nicole permaneceu na casa-lar por apenas 3 meses e 27 dias, que, para ela, foram sentidos como longos anos.

Para a Nicole, o desacolhimento veio acompanhado de uma espécie de “virada no jogo” das relações parentais, uma vez que a jovem teve de aprender tanto a conviver longe da mãe como a se reaproximar do pai, com quem durante anos não teve contato. “Agora virou o jogo. Agora eu tô com o meu pai e não sei aonde a minha mãe anda, o que ela tá fazendo, se ela tá trabalhando, se ela não tá, se ela tá machucada, se ela não tá. É muito difícil.” A “virada” veio acompanhada de uma desnaturalização da ideia, para ela tomada como convenção, de que o sangue seria um lugar incontornável na produção das relações de parentesco. Essa desnaturalização foi sentida como uma “quebra de expectativa” em relação ao pressuposto de que o sangue deve produzir afetos ou de que ele vem necessariamente carregado de uma potência capaz de constituir e alimentar o vínculo pai-filha. Embora ela tenha o sangue do pai, não consegue mais se sentir filha dele. A substância que, durante sua infância, parecia produzir afetos, numa situação de desinstitucionalização parece insuficiente para produzir socialidades:

> desde que eu vim morar na casa do meu pai, eu não sou a mesma com ele, como eu era antes. No primeiro dia em que eu vi ele, eu abracei ele, tudo, chorei, mas foi no momento. Mas desde que eu saí da casa da minha mãe, que eles se separaram, eu não me sinto como filha dele. Eu sou filha dele só de sangue mesmo e de papel, porque ele é meu pai, mas não tenho aquele amor de filha.

Quando a jovem diz que a vida lhe mostrou que ela não tinha que ser assim, é possível pensar que ao sangue foram se somando ou mesmo se sobrepondo outras experiências, que lhe mostraram que os vínculos criados pelo nascimento, ou pelo sangue, não são determinantes por si mesmos, pois há outros valores que vão sendo acrescentados ou *adding on* às relações ao longo da vida, como sugere Lambert (2000). Nesse sentido, o sangue compartilhado funciona

como pré-requisito, mas não como determinante da afirmação bem-sucedida da paternidade (Schrauwers, 1999). Se o desacolhimento, por um lado, veio acompanhado do começo de uma nova vida com o pai e, principalmente, do aprendizado do restabelecimento dos laços que por um tempo permaneceram em suspenso, por outro, marcou o afastamento em relação à mãe, tanto em razão de uma decisão judicial[9] como também pela vontade do pai da jovem. Depois do acolhimento na Casa de Passagem, Nicole só encontrou a mãe duas vezes: em uma audiência e em uma rua próxima à casa da jovem. Os encontros com a mãe, ainda que inesperados e não programados pela jovem, produzem desentendimentos entre pai e filha. A vontade do pai é que a filha siga a determinação do juiz e se mantenha afastada da mãe. Mas, para a jovem, "mãe é mãe" e, por mais que esta tenha "aprontado", esse é um laço que se mantém, independente de qualquer decisão judicial. Não tem como ela destratar a mãe, uma vez que este laço será sempre marcado pelo cuidado:

> Daí, como é que a gente vai empurrar a nossa mãe, ela me fez! Ela veio me abraçar, como é que eu ia empurrar ela? Eu tenho respeito por ela, mesmo que ela tenha me abandonado na hora que eu mais precisei dela. Fazer o quê? Mas ela é minha mãe, né? Não é verdade? Tem que cuidar da mãe.

Quando diz "ela me fez", a jovem enfatiza o quanto a filiação é fundamental para o estabelecimento e a manutenção deste laço entre mãe e filha, ao qual, para a jovem, nada poderia ser sobreposto ou adicionado, mesmo com a "quebra da expectativa" em relação aos valores associados ao sangue (tais como o cuidado). Tanto que, em certa ocasião, quando perguntei onde ficava a casa em que ela onde ela foi morar com o pai, logo que deixou o abrigo, a jovem construiu sua explicação lembrando que era muito próxima do lugar onde a sua prima morava com a avó. A Nicole critica a atitude da prima, que, por não se dar bem com a mãe, considerava a avó como mãe. "Mas tem que separar, eu separo. É avó, é avó, mãe é mãe. Mesmo se ela fez o que ela fez, é mãe, né?" Para a jovem, o lugar da mãe não só permanece como só deve ser ocupado por aquela que é sua mãe de fato, ou melhor, de sangue. Nesse sentido, as posições de parentesco, para a jovem, devem estar claramente demarcadas em função das relações que vão sendo estabelecidas pelo sangue. As possibilidades de significados associadas aos termos de parentesco são limitadas e não deixam espaço para a metáfora e tampouco para a invenção.

A jovem também marca o lugar incontornável do sangue nas relações de parentesco a partir da impossibilidade de relação com os parentes maternos. Nicole diz, em vários momentos, que estes não gostam dela por ter o mesmo

sangue do pai. "Eu tenho o sangue dele [do pai], por isso. Se eu fosse filha de outra pessoa, que eles gostassem tanto assim, que eles amassem e tudo, daí eu acho que eles iriam me dar mais chance." Nesse caso, a quebra de expectativa em relação ao que "pode o sangue" está no fato de que o sangue, no lugar de produzir proximidade e afeto, acaba por afastar, pois contamina aqueles que o carregam ou herdam. A jovem, do ponto de vista dos parentes maternos, teria sido contaminada pelo sangue paterno e, por isso, não seria aceita. Em relação a esses parentes, o sangue é igualmente da ordem do dado, mas produz a diferença e o consequente afastamento, ou seja, marca a impossibilidade da relação.

### Da forma "inventada" do parentesco

Mas se é fato que, numa situação de desinstitucionalização, o sangue permanece um lugar incontornável para algumas jovens (como no caso da Nicole), para outras, este processo está associado a uma forma "inventada" de estabelecer relações de parentesco. Mesmo após a maioridade, depois do desacolhimento institucional, algumas jovens experimentam a adoção, sem terem sido legalmente adotadas.[10] Foi isso que aconteceu com a Nina e a Olívia.

A Nina é uma jovem de 22 anos. Divertida, está sempre cercada de amigos e de pessoas com as quais "pode contar". A jovem foi criada pela mãe durante boa parte da infância, uma vez que o pai nunca assumiu a filha e abandonou a mãe, Antônia, quando ela ainda estava grávida. Na época, a mãe da Nina não tinha condições de criar a filha sozinha, e por isso esta foi encaminhada, ainda bebê, para um abrigo. Passado um mês, a mãe da jovem, com medo de que a filha fosse colocada em adoção, providenciou uma casa para morar e um emprego para mostrar que era capaz de cuidar da filha sozinha. A jovem morou com a mãe até os 9 anos e depois, durante um ano e meio, com a avó materna, a mulher que havia criado a mãe da Nina. Contudo, dessa vez, a separação não se deu por questões financeiras, mas sim devido ao mau comportamento da filha. "A minha mãe não me aguentava mais, disse que eu era muito sem-vergonha e que eu azucrinava muito, que eu era muito peste." A princípio, a mãe da jovem pensou em deixar a filha permanentemente com a avó: pensou em abandonar a filha. No entanto, mudou de ideia quando ficou sabendo que a filha havia "apanhado uma surra" da avó e ficado trancada em um quarto por dias. Então, depois de um ano e meio, voltou para buscar a filha e permaneceu com a tutela até os 14 anos, quando a expulsou de casa.

Durante os quatro anos de acolhimento institucional (dos 14 aos 18), a jovem alimentou a expectativa de que, assim como da primeira vez que foi abandonada, sua mãe poderia voltar atrás e ir buscá-la. "Eu achava que, dessa vez, depois de

eu sair do abrigo, ia ser da mesma forma, ela ia acabar desistindo, mas ela não desistiu…" Eram outros motivos, um outro momento, e havia outras instituições e agentes mediando a relação dela com a mãe. Às vésperas de Nina deixar a casa-lar, uma semana antes de completar 18 anos, uma advogada, Lena, que ajudava financeiramente a instituição e visitava as meninas com regularidade, escolheu a Nina como filha e a levou para morar com ela. A jovem ganhou uma nova família e uma vida diferente daquela a que estava acostumada: com dinheiro, escola particular, academia, festas e sem precisar trabalhar. A princípio, ela parecia ter tudo que uma jovem na sua idade desejaria, mas não se adaptou: desejava ter liberdade. Acabou deixando a casa da família e foi morar sozinha numa pensão no centro de Porto Alegre. Mesmo mantendo contato com a mãe adotiva, permanecia o desejo de reatar os laços com a mãe biológica; afinal, como ela mesma disse, assim como a Nicole, para ela "mãe é mãe, essa é a verdade".

Na última conversa com a mãe, esta teria dito à jovem para "esquecer que ela existia". No entanto, Nina tinha vontade de reencontrar a sua "mãe verdadeira"[11], como declarou em uma de nossas conversas. Fazia um tempo que a jovem vinha acalentando essa ideia e por isso havia pesquisado na internet o paradeiro da mãe. Diante de seu relato, perguntei por que, mesmo com as informações sobre a mãe, ela não tinha ido procurá-la. Ela me respondeu que tinha medo de ser rejeitada mais uma vez. Ela tinha vontade de resolver aquela situação, mas lhe faltava coragem. Nesse momento, propus que nós duas fôssemos juntas até o endereço que ela tinha guardado como sendo o da sua mãe. No entanto, ela não aceitou o convite, argumentando que a mãe não iria recebê-la. Tendo em vista a sua negativa, acabei sugerindo que eu fosse sozinha e, conforme transcorresse, ela iria na sequência. A partir dessa oportunidade, parecia que havia se aberto uma nova perspectiva, a possibilidade da relação, depois de muito silêncio, mal-entendidos e mágoas.

Logo que cheguei no apartamento da mãe da Nina, ela me atendeu sorridente. Apresentei-me a ela e disse que a estava procurando a pedido da sua filha. O sorriso da mulher desapareceu por completo, ela ficara transtornada. "Da minha filha, como é que tu me achou aqui?" Expliquei que a filha havia localizado seu endereço na internet e havia me passado. "Entra", disse ela, num tom de contrariedade. "Espera um pouco que eu vou atender ele [o irmão mais novo da Nina, que a jovem ainda não havia conhecido]." Permaneci na sala, enquanto ela se dirigiu para o quarto com o menino, lamentando aquela situação: "por que eu não me surpreendo com as coisas da Nina?" Quando retornou, permaneceu com o mesmo ar transtornado. Como forma de estabelecer alguma relação com ela, contei que a filha queria muito conhecer o irmão e passar a conviver com a

família. Nisso, a mulher começou a chorar, as lágrimas corriam pelo seu rosto e ela mal conseguia falar. Ela havia se emocionado ao se lembrar de todas as dificuldades que havia passado para ficar com a filha. Diferentemente da experiência que teve com sua mãe, a Antônia disse que nunca tinha abandonado a Nina e que, ao contrário do que se poderia pensar diante do seu afastamento, ela e a filha tinham uma relação.

> Eu tive a minha filha arrancada dos meus braços quando ela tinha três meses. Eles tiraram ela de mim porque eu não tinha dinheiro para sustentá-la. Eu dormi embaixo da ponte, embaixo de carro, mas eu nunca deixei faltar nada para a minha filha. Eu também fui separada da minha mãe quando eu era criança, mas a diferença é que a minha mãe me abandonou, e eu nunca abandonei a minha filha. Eu e ela, nós tínhamos uma relação. Eu com a minha mãe, não, ela era uma estranha para mim.

Mesmo tendo se mantido distante durante o período do acolhimento institucional, a Antônia diz que nunca deixou faltar nada para a filha e que tampouco deixou de visitá-la. “Eu passava fome, mas nunca deixei faltar nada para a Nina. Ela é minha filha”, justifica a mãe, recorrendo ao laço estabelecido através da consanguinidade e que, por si só, justificaria o dever de cuidado. Este, no entanto, perdeu seu valor tão logo a mãe se viu obrigada a pagar pensão para a filha durante o período em que ela esteve acolhida. “Mas a Nina me colocou na justiça para eu pagar pensão para ela, ela me apunhalou pelas costas. Eu quase fui presa duas vezes, porque não tinha dinheiro para pagar para ela.” Por esse motivo, qualquer tentativa de reaproximação e pedido de ajuda por parte da filha, a mãe associa à questão do dinheiro. “Eu não posso ajudar a Nina, eu não tenho dinheiro. O máximo que eu posso fazer é dizer para ela estudar, dar umas dicas”, argumenta a mãe, que parece oscilar entre a vontade de ajudar e se aproximar e uma oposição defensiva, colocando limites na aproximação:

> Mas olha, não posso te prometer uma aproximação, até porque meu marido nem pode ouvir falar no nome da Nina. Eu posso te dizer, assim, que ela pode me ligar daqui um tempo, eu te dou meus números, a gente pode se encontrar em algum lugar neutro, longe daqui. Mas ela vir aqui, não. Para ela conhecer o meu filho, vai demorar muito. Vai levar um tempo, daqui a um ano, para uma aproximação.

Em uma aproximação com a proposta wagneriana (2011), pode-se pensar o parentesco como “uma forma de estratégia”, na medida em que pode ser tanto acionado quando convém aos sujeitos (para garantir relações e as coisas que circulam através destas) como facilmente negado quando essa relação parental

pode implicar prejuízos, no caso da mãe da Nina, financeiros. Além disso, é importante analisar o quanto o dinheiro demarca uma polaridade, em termos de afeto, entre as mães da Nina. Se, para a mãe adotiva (Lena), o cuidado passa também pela possibilidade de ajuda financeira, que acaba por aproximar mãe e filha, para a mãe biológica, o dinheiro se torna um obstáculo à relação, produzindo afastamento.

Para a mãe, por mais que exista uma "relação" com a filha, essa "história de aproximação" não dá para forçar. Ela lembra que, por vezes, tanto as profissionais que trabalhavam na casa-lar (ao contrário do que havia sido relatado pela Nina) como também a advogada que participou da última audiência entre mãe e filha "cansaram de tentar forçar uma aproximação", recorrendo ao fato de que ela era mãe e que, portanto, teria obrigação de ficar com a filha. No entanto, para a mãe, a reaproximação "forçada" não funcionaria: "eu não consigo".

No fim da visita à mãe da Nina, por mais que ela tivesse imposto certas condições para se reaproximar da filha, eu tinha pistas de que o reencontro entre as duas seria uma possibilidade. Já no caminho de volta ao centro de Porto Alegre, me vinham cenas do encontro com a Antônia, sobretudo aquelas em que ela procurava demonstrar que havia começado "uma vida nova" com o filho e o companheiro. Na nova vida, o seu filho era a sua "razão de viver", o "motivo que ela tem para sorrir". Era como se ela procurasse, em cada ação, fazer as coisas de maneira diferente, como se lhe fosse dada uma chance para começar do zero: "viu, até que sou uma mãe dedicada!", disse enquanto preparava a mamadeira do filho. Restava saber se haveria ainda um espaço para a filha nesse recomeço.spot

Ao contrário do que a jovem esperava, no entanto, a tentativa de reaproximação com a mãe veio acompanhada da maior frustração da sua vida. A mãe não só não queria mais a jovem por perto como a ameaçou, dizendo que registraria ocorrência na polícia caso ela insistisse em perturbar a sua família.[12] Para a jovem, a atitude da mãe, ou mais exatamente sua mudança de atitude, teria sido motivada pelo companheiro desta e também pelo medo de perder a guarda do segundo filho. Segundo Nina, essa seria a única explicação, mas não uma justificativa para uma mãe não desejar ver e estar com sua filha.

É interessante observar que, para a jovem, a questão da consaguinidade, que até então havia sido incontornável para a constituição do parentesco (a ponto de ela alimentar a distinção entre mãe verdadeira e mãe *fake*, respectivamente a mãe biológica e a adotiva), precisava se somar a outros valores para ser mantida, tais como o afeto e o cuidado, e também da proximidade. A ausência desses elementos deixaria a relação entre mãe e filha suscetível às mudanças e aos afastamentos postos pelo tempo. O tempo, conforme a experiência da Nina, faz com que o

sangue perca a sua força. Ela já havia experimentado os efeitos do afastamento temporal em relação ao pai, portanto, tinha medo de que o mesmo pudesse acontecer com a mãe.

> Eu já estou há tanto tempo sem ela, que eu já não me imagino tendo ela na minha vida. Eu fico pensando se, com tanto tempo sem ver ela, se eu não vou acabar esquecendo que ela é minha mãe, da fisionomia dela. Não sei se eu seria capaz, mas se isso é possível, sabe? Eu acho que vai acontecer isso, porque eu não me lembro mais da fisionomia do meu pai.

Aos poucos, a jovem percebe que o sangue, por si só, não é suficiente para sustentar uma relação de convivência. Com o tempo, a Nina entende que as relações de parentesco e mesmo o ideal de um “amor materno” precisam de outros elementos e substâncias que permitam estabelecer conexões para além do sangue. E que estes precisam ser fortalecidos cotidianamente. Há laços que podem bem se sobrepor, como ela virá a compreender, àqueles constituídos *a priori* pela consanguinidade. Diante de todos esses acontecimentos, ela passa a amar a mãe adotiva como mãe e, aos poucos, a marcação entre “mãe *fake*” e “mãe verdadeira” acaba esvaziada. “Agora, eu tenho 22 anos na cara, tenho mais juízo. Eu sei que ela é a única pessoa próxima de mim, além dos meus amigos. É como se fosse a minha mãe, sempre me ajudou, se preocupa comigo.” É importante notar, a partir da experiência da Nina, que, mesmo com as idas e vindas, a mãe não perde o seu lugar. Ainda que se, por circunstâncias várias, se perde a figura concreta, não se perde o valor desse lugar (Gregori, 2000). Então, quando a jovem diz que a Lena é “como se fosse sua mãe”, é ao valor desse lugar que ela faz referência – um lugar marcado pela possibilidade de cuidado, pela ajuda em situações difíceis, pela proximidade e pelo afeto. Esses valores, até então, só pareciam passíveis de realização quando associados à consanguinidade. A relação que ela passou a estabelecer com a mãe adotiva lhe permitiu reconfigurar o valor convencional associado ao sangue, além de fornecer uma abertura para outras experiências de conexão.

A importância desse lugar da mãe também aparece no caso da Olívia, uma jovem de 23 anos, extremamente comunicativa, que dificilmente passa despercebida por onde circula. Sua fala, sempre num tom alto, é acompanhada de uma riqueza de gestos e expressões e fartas risadas. A jovem até hoje não sabe quem é sua mãe biológica, pois cresceu pensando que a avó era sua mãe e a bisavó era sua avó. Mas isso não ocupa uma centralidade em sua vida, uma vez que, para ela, o fato de ser mãe passa por muitos lugares além do nascimento. Ela diz ter três mães. A primeira era a dona da creche para onde Olívia foi encaminhada,

com outras adolescentes, logo depois de deixar a primeira instituição em que fora acolhida, a segunda é a mãe social em uma das casas-lares onde esteve acolhida, e a terceira é a mãe de uma amiga. Com a primeira mãe, ela conviveu pouco tempo (em torno de seis meses), mas tem especial consideração por ela pelo fato de ter sido acolhida em um momento crucial, quando nenhuma instituição da rede de proteção tinha vaga para receber adolescentes "egressas" da instituição. "Até hoje, ela é minha mãe. Se não fosse ela, quem seria?" Já com a segunda mãe, a experiência se faz presente até hoje. Com ela, a jovem também passou a ter um pai e irmãos. É a sua família, e a jovem faz questão de ressaltar isso em seus relatos.

Depois de mudar de moradia algumas vezes, a jovem começou a sentir falta de ter "alguém do seu lado", mas não podia ser alguém como a sua segunda mãe, porque ela a protegia demais. "Porque a mãe vai vir, vai perguntar o que eu estou precisando, ela vai lá, vai comprar e vai colocar. E era isso que eu não queria. A minha primeira mãe sabia que eu tinha me mudado, mas ela não é que nem a minha segunda mãe, ela diz: 'tá com fome, tu vem comer aqui'. A mãe não, a mãe tu vai lá comer, almoçar, ela já te manda com rancho para casa." Mesmo reconhecendo esse excesso de proteção por parte da segunda mãe, ela não queria perder o contato com ela. Desejava apenas ter espaço para fazer suas próprias escolhas.

E foi justamente na busca por um equilíbrio entre proteção e liberdade que a Olívia acabou conhecendo a sua terceira mãe. As duas foram apresentadas por um amigo em comum e, desde o princípio, estabeleceram uma grande amizade. A terceira mãe se emocionou com os relatos das experiências de vida da Olívia e acabou lhe oferecendo um cômodo localizada nos fundos da sua casa, onde a jovem poderia morar. E assim, aos poucos, a amiga foi assumindo o lugar de mãe na vida da Olívia, justamente porque a jovem encontrou na terceira mãe a ajuda que lhe faltava. "Então, assim, quando eu preciso, ela está do meu lado. Quando ela precisa, ela sabe que pode contar comigo. Errei, ela me chama atenção, tô certa, ela bate palma." A terceira mãe, assim como as outras duas, é alguém com quem ela pode contar a qualquer momento. Disso ela teve certeza no dia em teve uma discussão com o filho desta mãe e o ouviu dizer que ela não tinha ninguém "por ela". A terceira mãe saiu em defesa da jovem e disse: "ela tem a mim e sempre vai ter".

A constatação da jovem de ter "três mães" não se constitui, a princípio, como uma novidade para os estudos antropológicos. Isso aparece com frequência nos relatos de Fonseca (1999, 2004, 2006a, 2006b), em suas reflexões sobre a circulação de crianças em bairros populares de Porto Alegre (RS). O caso de Claudiana (9 anos), descrito pela autora, é muito próximo ao da Olívia. A garota dizia com

muita tranquilidade ter três mães: “a mãe de leite, a mãe que me teve e a mãe que me criou”. Mas, segundo Fonseca (1999), o caso da Claudiana não chegava perto do da Solange, que, já casada e com filhos, chamava cinco mulheres de mãe. E estes dois casos representavam apenas uma pequena parcela do número de pessoas que haviam circulado durante a infância entre as casas de diferentes mães. “Ao longo da década de 80, em pesquisas com aproximadamente 120 famílias em dois bairros de Porto Alegre, cheguei a sistematizar informações sobre cerca de 100 pessoas que tinham ‘circulado’ quando criança”, lembra a autora (Fonseca, 1999:67). A especificidade da experiência da Olívia, no entanto, não está no fato de ela ter três mães, mas sim no momento da vida da jovem em que essas três mulheres são reconhecidas como “mães” e nos motivos que a fizeram conferir este lugar a elas. Quando a Olívia fala sobre suas mães, é possível perceber que não se trata de suas experiências de cuidado na infância, como era o caso da Solange. Durante a infância, quando a Olívia se viu circulando por instituições de tutela, a possibilidade de “fazer família”,[13] como caracteriza Lobo (2013), não era algo relevante para ela. Essa preocupação somente tem início na adolescência e permanece alimentada na sua vida adulta. Isso porque, para a Olívia, não se trata mais de uma questão de “criação e cuidado”, mas sim das pessoas com quem ela sabe que “pode contar a qualquer momento, onde estiver”.

A questão do sangue, especialmente a quebra de expectativas em relação aos valores e afetos que ele pode produzir, também marca as experiências de parentesco da Clarissa, uma jovem de 27 anos. Muito articulada para falar, ela me disse, na primeira vez em que nos encontramos, que a sua vida dava “um *best-seller*”. Desde criança, aprendeu a assumir os riscos em nome de um modo de vida que fosse alternativo àquele experimentado no ambiente familiar. Tanto que a sua experiência de acolhimento institucional não foi uma intervenção externa sobre a sua trajetória, foi uma escolha sua. “Eu saí de casa por vontade própria. Eu fui para a rua porque eu quis, porque eu não quis mais viver dentro de casa com a minha mãe.” Ela desejava se desvencilhar dos maus-tratos e da exploração da mãe, que fazia ela e a sua irmã pedirem esmola para sustentar os próprios caprichos. A prática de esmolar se tornou forma de controle, com todos os rigores disciplinares para extrair o máximo de produtividade. A esmola desencadeou uma série de outras obrigações diárias que, quando não cumpridas, eram respondidas pela mãe “com surra”. Depois que o padrasto deixou a casa – padrasto esse que a Clarissa reconhece como pai –, a relação com a mãe se tornou ainda mais complicada. Uma semana depois, a jovem tomou coragem e fugiu de casa. Foi na rua que ela ouviu falar pela primeira vez em Conselho Tutelar, local onde foi pedir ajuda para ser acolhida em um abrigo.

É importante lembrar que foi a própria jovem quem tomou a decisão de deixar a casa da mãe para morar na rua. Como ela mesma faz questão de enfatizar em vários momentos, a busca por uma "saída" sinalizava a impossibilidade de conviver dentro de casa com a mãe e também a certeza de que, entre as duas, não haveria nenhum tipo de reconciliação. Durante o período do acolhimento institucional, a diretora da casa-lar, por vezes, tentou uma reaproximação, argumentando que, no dia em que a Clarissa fosse mãe, ela poderia compreender melhor o que havia acontecido. No entanto, ao contrário do que havia previsto a diretora, quando a jovem ganhou sua primeira filha, teve certeza de que o negócio da mãe não era "o amor afetivo com a família", mas sim a questão financeira. Foi exatamente quando a jovem passou pelas maiores necessidades com a filha que pôde compreender que o seu "coração para ela [a mãe]" havia secado.

> Quando eu ganhei a minha filha, nós passamos por problemas financeiros, nossas brigas foram financeiras, porque ela pedia cheque do meu marido emprestado e não cobria. Aí, ela entrou em atrito por causa de dinheiro, porque o meu marido não quis mais emprestar dinheiro para ela. Então, ela se afastou.

As atitudes da mãe da Clarissa contribuíram na desconstrução de um laço que, para a jovem, seria permanente e atuaria como "figura" para o estabelecimento das relações de parentesco: o sangue. No entanto, a partir do momento em que esse laço de sangue é desfeito, também enfraquece ou mesmo desaparece o "amor cognático", que seria capaz justamente de unir pessoas do mesmo sangue. O ponto alto dessa "virada" na relação mãe-filha se daria sobretudo em função da presença do dinheiro, ou, mais exatamente, como sugere Luna (2004), quando a jovem percebeu que a relação entre as duas passaria a ter como parâmetro a questão financeira. Esta seria, inversamente ao amor cognático, desprovida de considerações, sentimento e moralidade (Luna, 2004:132). De fato, em todas as nossas conversas, sempre que precisava fazer menção à mãe, a Clarissa procurava não se referir a ela dessa forma – optava por dizer "a mãe da minha irmã" ou, simplesmente, "aquela lá".

Para a Clarissa, assim como para a Nina, a quebra de expectativa associada ao poder do sangue se dá, sobretudo, em função da relação entre mãe e filha. Quando a Clarissa diz que não se reaproximou da mãe porque esta "não nasceu para ser mãe", está pressupondo que a relação entre mãe e filho deve ser baseada numa mística sobre esse vínculo e também acerca do amor materno (Fonseca, 2006a). E, assim como na experiência da Nina e da Nicole, a idealização desse vínculo é recorrente nos relatos da Clarissa. As três se utilizam da expressão "mãe é mãe" em vários momentos, e tal recorrência, como pontua Fonseca (2006a), diz

muito mais do que a “relação entre mãe e filha”. Esta, ao que me parece, informa sobre uma das maneiras como essas jovens podem se construir como sujeitos, tanto que a expectativa de algumas delas quanto ao vínculo mãe-filho, sobretudo no que diz respeito à concepção de cuidado, se faz presente na relação que elas procuram estabelecer com os próprios filhos – em geral, na contramão daquilo que puderam experimentar na infância. Cada uma a seu modo, elas procuram demonstrar o quanto são cuidadosas com seus filhos.

Se por um lado essa “virada” no parentesco é, em geral, marcada pela desconstrução da “naturalidade dos laços de sangue”, por outro, esse processo acaba abrindo espaço para o reconhecimento da “escolha e da afeição” como elementos igualmente importantes no estabelecimento de tais relações. Ou, melhor dizendo, a desinstitucionalização pode potencializar a abertura a outras maneiras de conexão ou *relatedness*. Isso aparece muito claramente na experiência da Nina e na da Olívia, para as quais essa “abertura” veio acompanhada da experiência de ter mais de uma mãe, com quem podem contar em todas as ocasiões. E tal ajuda não passa pela consanguinidade, mas sim pela escolha. A Olívia diz ter três mães, e todas foram escolhidas por ela, em momentos diferentes da sua vida. A jovem não se preocupa em estabelecer graus de “afeição” entre as três mães; todas são suas mães da mesma maneira, com a mesma intensidade, ainda que, em alguns momentos, uma se faça mais presente que as outras duas. Nesse ponto, a experiência da Clarissa se aproxima à da Nina e à da Olívia, não pela figura da mãe e sim pela do pai. Se, em um contexto de desinstitucionalização, os relatos da jovem são marcados por uma espécie de negação da figura materna (“que mãe?”), esse lugar da “figura materna” não será ocupado novamente como na experiência das outras duas jovens: não há outras mães, mas sim um pai (ex-companheiro da mãe da jovem) – um pai com quem é possível estabelecer um “amor afetivo imenso”, como a Clarissa faz questão de enfatizar.

Tal figura paterna apareceu quando a jovem ainda morava com a mãe, antes do acolhimento institucional, e com o tempo foi ocupando uma centralidade naquilo que a jovem entende por “família”. Ao contrário da mãe, argumenta a Clarissa, o pai nunca a abandonou, mesmo a jovem não sendo filha dele. Ou seja, é possível pensar que a relação com o pai se estabelece e é alimentada por essa oposição à experiência da jovem com a mãe. Ali onde deveria haver cuidado e proteção, pois se tratava de uma relação incontornável marcada pelo sangue, permaneceu apenas o abandono (símbolo maior da ruptura do vínculo mãe-filho). Por outro lado, de onde a jovem menos esperava, de uma relação marcada pela afeição, veio o cuidado e o estabelecimento de um “vínculo bem forte”. E esse vínculo, estabelecido não a partir do sangue, mas pela afeição, foi suficiente para

que a Clarissa considerasse o seu padrasto como pai. Tanto que, mesmo diante da suspeita de que este fosse mesmo seu pai biológico, a jovem nunca desejou fazer um teste de DNA para ter uma prova formal daquilo que a convivência já havia lhe mostrado: "independente de uma confirmação ou não, é meu pai. Nunca tive vontade de procurar pai biológico ou qualquer coisa parecida".

A confirmação se o padrasto seria seu pai biológico só serviria para magoar os dois, uma vez que, segundo a jovem, não alteraria em nada a relação que eles estabeleceram desde muito cedo. "Dizem que ele é estéril, não posso te dizer realmente. Eu não posso te afirmar porque todo mundo diz que eu sou a única filha baixinha, e o meu filho mais novo é idêntico ao meu pai. Apesar de dizerem que ele é estéril, eu tenho uma tia mais velha e ela diz que eles [a mãe e o padrasto] andavam juntos antes dela engravidar de mim. Até hoje, eu não fui procurar um teste de DNA, uma coisa assim, eu não fui a fundo para não magoar ele." De certa forma, a jovem também não vê necessidade do teste de DNA, uma vez que a sua concepção de família foi, em certa medida, reconfigurada em função da relação com o pai. Não se trata de uma questão de sangue, mas sim de saber quem são as pessoas com as quais se pode contar, mesmo nas situações de dificuldade. Isso significa que, para a jovem, não "há relações com parentes de sangue" se com estes não for possível, como pontua Sarti (1994:91), "estabelecer as três obrigações fundamentais que compõem o universo moral fundado no princípio da reciprocidade": dar, receber e retribuir.

Assim como para a Clarissa, para a Virgínia as relações de parentesco, num contexto de desinstitucionalização, são marcadas pela possibilidade de ter com quem contar. A Virgínia é uma jovem de 27 anos que deixou a casa da mãe aos 11 anos. Daquele momento em diante, sua vida foi sempre assim, "indo e voltando". Ela foi para Florianópolis morar na casa da tia para estudar, mas isso nunca aconteceu. Além de ser proibida de ir à escola pela tia, ela era obrigada a fazer todo o serviço da casa. Foi na tentativa de fugir da casa da tia, que era "muito ruim", que aos 14 anos ela foi levada pela primeira vez para um abrigo institucional. Assim, as experiências da Virgínia, inclusive as de acolhimento institucional, foram marcadas por idas e vindas da casa da mãe: sempre que não se adaptava em algum lugar, era para a casa da mãe que ela retornava, sem, no entanto, permanecer por muito tempo.

No entanto, com o passar do tempo, os laços entre mãe e filha passaram a ser estabelecidos a partir de outros tantos lugares, tais como o cuidado dos filhos, ou, nos termos de Lobo (2013), do exercício pleno da maternidade. A mãe da Virgínia, que durante a infância dos filhos passou um período impossibilitada de cuidar deles, hoje percorre a casa das filhas ajudando no cuidado dos netos

e nas tarefas de casa. Hoje com sete filhos, é sempre com a ajuda da mãe que a Virgínia tem as poucas possibilidades de sair de casa. No parto da sétima filha, foi também sua mãe que pôde ficar com as seis crianças enquanto a Virgínia estava no hospital.

Tanto a maternidade como a filiação, que, em princípio, são vivenciadas como relações diádicas (mãe-filho), se convertem, na experiência da Virgínia, em uma “relação triangular”, intermediada pela ação de um terceiro (no caso, a avó materna), que assume um papel fundamental na construção dos sentidos “de ser mãe e de ser filho” (Lobo, 2013). Talvez seja produtivo pensar, tomando como inspiração, mas ao mesmo tempo invertendo um pouco a proposta de Lobo (2013), que esse exercício da maternidade – que só atinge sua plenitude na presença de duas mulheres para que se possa criar e prover uma criança –, acaba por produzir a “virada” nos laços de consanguinidade entre a Virgínia e a sua mãe.

## Considerações finais

Ao longo do artigo, procurei mostrar como jovens egressas de serviços de acolhimento institucional vivenciam seus laços afetivos de parentesco num contexto de desinstitucionalização. Para tanto, procurei descrever tais experiências a partir da problematização do processo “virada no jogo das relações de parentesco”. Um primeiro aspecto dessa “virada” estava relacionado àquilo que chamei de “quebra de expectativa” quanto aos elementos e substâncias que deveriam constituir e fortalecer as relações parentais, e também às maneiras de realizar o parentesco. Analisando os relatos das experiências das jovens, observei que o sangue, como substância compartilhada, pode estabelecer laços hipoteticamente inquebrantáveis entre os parentes, mas tais laços carregam também imperativos morais que motivam os sujeitos a agir de maneiras específicas (Schrauwers, 1999). Assim, para algumas jovens, o sangue foi sendo desnaturalizado (por diferentes eventos) como lugar incontornável na produção das relações de parentesco. Tal desnaturalização foi sentida por algumas jovens como uma verdadeira “quebra de expectativa” a respeito daquilo que o sangue pode produzir, sobretudo em termos de afeto.

Essa “quebra de expectativa” foi vivenciada pela Nicole em relação ao pai, na medida em que ela consegue observar que, mesmo tendo o sangue do pai, não se sentia mais filha dele. O sangue, para ela, havia se tornado insuficiente para manter uma “conexão” com o pai e produzir socialidade. E se, por um lado, ela desconstrói o mito do “amor de filha”, por outro, parece uma tarefa mais complexa agir da mesma forma em relação ao “amor materno”. Para a jovem, este laço entre mãe e filha permaneceria para além de uma decisão judicial (a de que a jovem

deveria ficar longe da mãe) e da vontade do seu pai. O "amor materno" seria da ordem do dado e marcado pelo nascimento, portanto, algo que não poderia ser objeto da sua ação (agência). "Ela me fez", dizia a jovem como forma de ressaltar que não poderia rejeitar a mãe. Seguindo tal concepção, para a jovem era preciso separar claramente as posições de parentesco em função do sangue: mãe é mãe. Por mais que a jovem não tenha mais a figura concreta da mãe em sua vida, o lugar dela deveria permanecer e, na impossibilidade de ser ocupado por aquela que é sua mãe de sangue, ficaria vazio.

A "quebra de expectativa" vivenciada pela Nicole em relação ao pai também foi sentida pela Nina e pela Clarissa em relação à figura materna. A Nina percebeu que o sangue, ao contrário do que ela havia concebido com base em uma convenção, não era suficiente para sustentar uma relação. Esta substância, com o tempo, poderia perder sua vivacidade e o seu potencial de alimentar certas relações. Para a Clarissa, o sangue não só perdeu o poder de produzir "conexão" como pôde mesmo se desfazer ou secar (no sentido de deixar de produzir afetos). Para ela, a quebra de expectativa em relação ao sangue (quanto aos afetos que este pode produzir) foi marcada por uma diferença entre o seu ponto de vista e o da sua mãe sobre aquilo que deveria constituir e mesmo manter as relações de parentesco. O "amor afetivo" seria fundamental, segundo a jovem, ao passo que, para a sua mãe, central seria o dinheiro. O parentesco para a Clarissa era uma questão de afeto, de poder contar com o outro sem a expectativa de receber algo em troca; enquanto isso, a mãe parecia considerar o parentesco como uma estratégia que lhe permitia melhorar sua condição social. Em relação à experiência da Clarissa, a desconstrução do "mito do amor materno" veio acompanhada de uma inversão na máxima de que "mãe é mãe" (presente nos relatos da Nicole e da Nina). Como forma de marcar o movimento contra uma natureza dada, tal máxima é substituída por outra: "aquela não nasceu para ser mãe".

Ao contrário da Nicole, para quem o sangue permaneceu incontornável, a Nina, a Clarissa e a Olívia fizeram desta constatação a possibilidade de inventar parentesco a partir de outros elementos. Ou seja, para as jovens, a desinstitucionalização veio acompanhada daquilo que seria um segundo aspecto da "virada": a abertura a outras formas de *relatedness* (Carsten, 2000). O parentesco, para as três, se tornou uma questão de afeição e escolha: são parentes aqueles com quem se pode contar. Dessa forma, se, para a Nicole, não há outras mães (a não ser sua mãe biológica), para a Olívia é mesmo possível ter três mães. Para a Clarissa, é possível ter um pai, com o qual ela pôde estabelecer um vínculo de "amor afetivo", cujo valor e intensidade não podem ser medidos por um teste de DNA.

Outro ponto que conforma a “virada” diz respeito a uma inversão no curso das relações parentais, a qual observei na relação da Virgínia com a sua mãe. Se, durante a infância e a adolescência das jovens, a relação mãe-filha (sobretudo as concepções de cuidado nesta implicadas) acaba culminando na institucionalização e, consequentemente, na impossibilidade de as mães as criarem, num contexto de desinstitucionalização, as mães se tornam fundamentais no seu exercício da maternidade. Esta, como pude observar, só atinge sua plenitude em função da presença de duas mulheres (no caso, a avó e a mãe) para criar e prover uma criança.

Por fim, com a “virada no jogo das relações de parentesco” procurei mostrar que não se tratava apenas de pensar que o acolhimento institucional produz o afastamento ou a reaproximação das jovens em relação a seus familiares, mas sim de algo mais complexo que envolve a transformação dos próprios sujeitos e das suas concepções de família.

Recebido em: 23/4/2016
Aprovado em: 23/5/2017

**Fernanda Cruz Rifiotis** é pós-doutoranda em antropologia social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutora em antropologia social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestra em comunicação social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É pesquisadora do Núcleo de Antropologia e Cidadania (Naci-UFRGS), do TRANSES (Núcleo de Antropologia do Contemporâneo PPGAS/UFSC) e do INCT Instituto Brasil Plural (IBP). Suas principais áreas de interesse são antropologia urbana e antropologia do contemporâneo, atuando nos seguintes temas: infância e juventude, modos de subjetivação, Estado e políticas públicas, família e parentesco e maternidade e migração internacional de crianças. Contato: frifiotis@gmail.com

**Notas**

1. O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa de Pós-Doutorado no Exterior da Capes.

2. Conforme foi acordado durante o trabalho de campo, os nomes das jovens, assim como dos demais sujeitos da pesquisa, foram trocados.

3. A categoria "egresso" implica uma série de problemas de ordem teórico-metodológica, uma vez que remete aos jovens como produto da institucionalização e também como grupo social.

4. Durante o trabalho de campo, num primeiro movimento, de cunho mais exploratório, localizei 23 jovens de Santa Catarina (Florianópolis, Palhoça, Mondaí) e do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Ijuí, Sapiranga) que haviam passado pela experiência de acolhimento institucional. Para uma etapa sistemática da pesquisa, envolvendo a observação sistemática desses sujeitos e a realização de entrevistas em profundidade, selecionei 14 jovens (11 mulheres e 3 homens). Deste universo, selecionei as 8 jovens que deram vida à escrita da minha tese de doutorado. Nesse trabalho de localização dos sujeitos, não estabeleci recortes prévios, tais como idade, tempo de acolhimento, motivo do desacolhimento, gênero etc. No entanto, é importante esclarecer que não participaram da pesquisa jovens que, após o período de acolhimento, foram encaminhados ou encaminhadas para adoção formal, uma vez que tal condição ampliaria o escopo da reflexão.

5. O Conselho Tutelar é um órgão público criado na década de 1990, a partir da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA), com o objetivo principal de zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.

6. Dados do Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), executado em parceria com o Centro Latino-Americano de Estudo de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Fiocruz). O levantamento é conformado por dados referentes ao Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) e familiar (Programas de Família Acolhedora, PFA). Ao longo da minha pesquisa, optei por apresentar somente os dados referentes ao SAI, que contempla as seguintes modalidades de acolhimento: abrigo institucional, casa de passagem, casa-lar na comunidade e casa-lar em aldeia. A maior parte deste total permanece concentrada nas regiões Sudeste (1.360) e Sul (570), como já havia sido apontado pelo levantamento produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2004. Neste levantamento, foram considerados serviços governamentais e não governamentais (tais como ONGs, entidades religiosas etc), ao contrário da pesquisa realizada pelo Ipea, em 2004, que considerou apenas o universo de instituições estatais ou que recebiam recursos do governo.

7. É importante esclarecer a maneira como a desinstitucionalização está sendo pensada no presente artigo, sobretudo em contraste com outros termos mais comumente usados no âmbito de políticas de proteção (tais como "desacolhimento").

O desacolhimento está relacionado à finalização do processo de acolhimento e se dá a partir de diferentes fatores, entre os quais a situação-limite, que é a chegada da maioridade. As instituições, no desacolhimento, são tomadas em sua concretude, ao passo que o "desligar-se" envolve tão somente uma mudança de lugar e, no limite, de "condição": de acolhido a egresso. Já o termo "desinstitucionalização" pretende delinear as mudanças não só de lugar, mas de estado: aquilo que essas jovens podem ser para além das instituições. Entendo que essas instituições não remetem simplesmente a um estabelecimento ou local específico, mas a um modo de funcionamento instituído (Nardi & Raminger, 2007:267).

8. No original: "what might be called biological and what might be called social, and the points at which they make such distinctions" (Carsten, 2004:189).

9. Em função dos motivos que determinaram o acolhimento institucional da Nicole, a mãe perdeu a guarda da filha e ficou impedida judicialmente de se aproximar dela.

10. A questão mais importante não está em saber se foi uma adoção, mas sim qual seria o peso dessa expressão para as jovens. Ou seja, por que a palavra "adoção" é empregada tanto pela Nina como por outras jovens. Além disso, como bem pontua Cardarello (2009:15), a "adoção" tem um grande prestígio entre muitos agentes da área da assistência social, o que acaba alimentando a máxima que "nada é melhor do que uma família" (subentendida como a família adotiva, com boas condições econômicas).

11. A oposição "mãe verdadeira" e "mãe *fake*" foi estabelecida pela jovem para diferenciar a mãe biológica da mãe adotiva. Tal marca foi desfeita logo que a Nina desistiu de manter contato com a mãe biológica e passou a tomar aquela que era até então sua mãe adotiva como mãe.

12. Tal recado, com tom de ameaça, foi encaminhado para o meu celular na noite após a minha visita à mãe da jovem.

13. Esta expressão, segundo Lobo (2013:65), pode assumir dois sentidos: o primeiro seria o de fortalecimento e manutenção dos laços de afinidade e consanguinidade, e o segundo, o qual emprego neste momento, se refere à construção de relações de parentesco onde este não existe em seu aspecto biológico.

## Referências

BRASIL. 1990. Lei 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília/DF, 13 jul.1990.

______. 2006. *Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: http://www.mdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf/view. Acesso em: 2/12/2017.

CARDARELLO, Andréa Daniella Lamas. 2009. “Uma família sui generis: a tentativa de criação de uma família substituta para crianças institucionalizadas na Febem”. In: Claudia Fonseca & Patrice Schuch. *Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico*. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS. pp.171-196.

CARSTEN, Janet. 2000. “Introduction: culture of relatedness”. In: ______. *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. New York: Cambridge University Press. pp. 1-36.

______. 2004. *After kinship*. New York: Cambridge University Press.

CRUZ, Fernanda. 2014. *Jovens em devir: invenção de novas possibilidades de vida para além da institucionalização*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.

FONSECA, Claudia. 2004. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

______. 2006a. *Caminhos da adoção*. 3.ed. São Paulo: Cortez.

______. 2006b. “Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse”. *Cadernos Pagu*, 26:11-43.

______. 1999. Quando cada casa NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. In: *Revista Brasileira de Educação*. 10:58-78. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781999000100005&script=sci_abstract>.

GREGORI, Maria Filomena. 2000. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.

LAMBERT, Helen. 2000. “Sentiment and substance in North Indian forms of relatedness”. In: Janet Carsten. *Cultures of relatedness:* new approaches to the study of kinship. New York: Cambridge University Press. pp. 73-89.

LOBO, Andréa de Souza. 2013. “Crianças em cena: sobre mobilidade infantil, família e fluxos migratórios em Cabo Verde”. *Ciências Sociais Unisinos*, 49(1):64-74. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2013.49.1.08/1495. Acesso em: 2/12/2017.

LUNA, Nara. 2004. “Maternidade desnaturada: uma análise da barriga de aluguel e da doação de óvulos”. *Cadernos Pagu*, 19:233-278. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 2/12/2017.

NARDI, Henrique Caetano & RAMMINGER, Tatiana. 2007. "Modos de subjetivação dos trabalhadores de saúde mental em tempos de reforma psiquiátrica". *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17(2):265-287. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n2/v17n2a04.pdf. Acesso em: 2/12/2017.

RIZZINNI, Irene & RIZZINI, Irma. 2004. *A institucionalização de crianças no Brasil*: *percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola.

SARTI, Cíntia Andersen. 1994. "A família como ordem moral". *Cadernos de Pesquisa*, 91:46-53. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/746.pdf. Acesso em: 2/12/2017.

SCHRAUWERS, A. 1999. "Negotiating parentage: the political economy of 'kinship' in Central Sulawesi, Indonesia". *American Ethnologist*, 26(2):310-323.

VIGNATO, Silvia. 2014. "A family scene with babies: non-institutional ethnic child fostering". *Antropología*, l(1):83-104.

WAGNER, Roy. 2010. *A Invenção da Cultura.* Tradução de Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify.

______. 2011. "O xadrez do parentesco e o parentesco do xadrez". *Ilha – Revista de Antropologia*, 12(1):15-37.

**Resumo**

No artigo, analiso as maneiras como jovens egressas de serviços de acolhimento institucional vivenciam suas relações de parentesco. Para além dos desdobramentos da experiência de institucionalização sobre as relações de parentesco, pretendo pensar no que tenho chamado de "virada no jogo das relações de parentesco". Com essa expressão, procuro mostrar que não se trata de reconfiguração, transformação ou mudança nas relações parentais, mas sim de uma "virada". Esta remete a uma inversão no curso das relações parentais e, ainda mais, permite demarcar uma "quebra de expectativa", por parte das jovens, sobre o que deveria constituir e fortalecer tais relações, ou seja, sobre as maneiras de realizar o parentesco. A análise tem como base uma etnografia realizada entre 2010 e 2013 sobre a desinstitucionalização de jovens que, sob medida de proteção, passaram parte da sua infância e adolescência afastadas do convívio familiar.

**Palavras-chave**: parentesco, desinstitucionalização, egressas de serviços de acolhimento.

**Abstract**

In this paper, I analyze the ways in which young women care-leavers experience their affective kinship bonds. Beyond the possible effects of institutionalization on kinship relationships, I reflect on what I have called a "turning point in the game of kinship". By this expression I mean that it is not a question of reconfiguration, transformation or change in parental relationships, but "an upturning", which leads to a reversal in the course of parental relationships. Most importantly, it allows us to determine a "change of expectations" of the young women about what should constitute and strengthen such relationships, that is, about the ways to forge kinship. The analysis is based on an ethnography carried out between 2010 and 2013, focusing on the deinstitutionalization of young people who, under measures of child protection, spent part of their childhood and adolescence without family life.

**Key-words**: kinship, deinstitutionalization, care livers.